

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



# **BOLETIM DE CONJUNTURA**

**BOCA**

Ano IV | Volume 9 | Nº 26 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.5770354>



## OS COMUNISTAS E A MAÇONARIA NO BRASIL

*Michel Goulart da Silva\**

### Resumo

Neste ensaio são analisadas as relações entre os comunistas e a Maçonaria no Brasil. Discute-se a aproximação entre militantes e organizações marxistas com os maçons e seu paulatino afastamento ao longo do século XX. Para tanto, utilizam-se referenciais bibliográficos e, também, fontes diversas, como documentos de organizações políticas e da imprensa.

**Palavras chave:** Comunismo. Maçonaria. Partido Comunista do Brasil.

### Abstract

In this essay the relations between the communists and Freemasonry in Brazil have analyzed. It discusses the approximation between Marxist militants and associations with the Freemasons and their gradual distancing throughout the 20th century. For this purpose, bibliographic references have been used, as well as different sources such as documents from political associations and the press.

**Keywords:** Communism. Communist Party of Brazil. Freemasonry.

Em 2022 serão celebradas duas efemérides importantes na História do Brasil. Uma delas é bicentenário de fundação do Grande Oriente do Brasil, primeira e mais antiga obediência maçônica criada no país, em 1822. Além disso, também será celebrado o centenário de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922. Embora há décadas a relação entre maçons e comunista seja de tensão, nas primeiras décadas do século XX ambos viviam uma relação de relativa proximidade. Sabe-se que,

no Brasil e outros países da América Latina, muitos viam no republicanismo, no positivismo, no anarquismo, no sindicalismo revolucionário, nas várias vertentes de socialismo e em seguida no comunismo, mas também na Maçonaria e até em religiões com pretendida cientificidade, como o espiritismo, maneiras de se contrapor à ordem estabelecida e de buscar um lugar ao sol na sociedade renovada (RIDENTI, 2010, p. 18-19).

Desde o final do século XIX, alguns segmentos maçônicos, ao se depararem com a questão operária, flertavam com as ideias socialistas então difundidas na Europa. Contudo, não era a tomada do poder pelo proletariado nem a construção de um partido operário o que os maçons ansiavam para o Brasil. O socialismo, para eles,

\* Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Técnico em assuntos educacionais no Instituto Federal Catarinense (IFC). Este ensaio parte de temas antes discutidos em Silva (2014; 2016). E-mail para contato: [michelgsilva@yahoo.com.br](mailto:michelgsilva@yahoo.com.br)



era aquele que poderia ser obtido pelas vias democráticas, dentro da mais perfeita ordem republicana. Disso se conclui que, em meio à amplitude de sentidos que permeavam as correntes naquele momento, os maçons brasileiros propunham a busca da conciliação entre as classes por meio das melhorias sociais (MOREL; SOUZA, 2008, p. 189).

Desde a década de 1920, há um paulatino afastamento dos maçons em relação às diferentes correntes políticas e teóricas do movimento operário. Nesse período, “as positivas referências maçônicas ao socialismo e às lutas operárias foram escasseando até o seu total desaparecimento” (MOREL; SOUZA, 2008, p. 191). Trata-se de um período de mudanças na organização política dos trabalhadores, na medida em que “o comunismo de cunho revolucionário, em detrimento do anarquismo e do socialismo reformista, impõe-se como ideologia norteadora da atuação política da classe operária” (MOREL; SOUZA, 2008, p. 191).

O período também está marcado pela proibição de maçons nos partidos comunistas na Europa. Em 1917, após a revolução na Rússia, o regime soviético proibiu o funcionamento das lojas maçônicas. Essa política antimaçônica também foi adotada nos partidos comunistas vinculados à Internacional Comunista (IC), cujo IV Congresso, realizado em novembro de 1922, votou pela proibição da adesão à Maçonaria por parte dos membros dos partidos. Nos termos discutidos no congresso, a Maçonaria representava um processo de infiltração da pequena burguesia em todas as camadas sociais e, devido a seu caráter secreto, seria “uma espécie de Estado dentro do Estado” (BENIMELI, 2013, p. 137). No debate acerca do partido francês, do qual um número considerável de membros pertencia a lojas maçônicas, afirmou-se ser lamentável que o partido conservasse,

não apenas a herança psicológica da época reformista, parlamentar e patriótica, como também estabelecesse vínculos bem concretos e comprometedores, por tratar-se da cúpula do Partido, com as instituições secretas, políticas e arrivistas da burguesia radical (INTERNACIONAL COMUNISTA, 1977, p. 278).

Os maçons eram associados, segundo o debate realizado no congresso, à burguesia, portanto, a um inimigo de classe que deveria ser combatido. Nesse congresso, os maçons “foram denunciados como ambiciosos, oportunistas e partidários da colaboração de classes” (BENIMELI, 2013, p. 138). Entre as resoluções finais, o congresso recomendou ao

Comitê Central do Partido comunista francês a tarefa de liquidar, antes de 1º de janeiro de 1923, todos os vínculos do Partido com alguns de seus membros e de seus grupos com a franco-maçonomia. Todo aquele que antes de 1º de janeiro de 1923 não declarar abertamente à sua organização e dado à público através da imprensa do partido sua ruptura total com a franco-maçonomia ficará automaticamente excluído do Partido comunista sem direito a refiliar-se no futuro. O ocultamento de sua condição de franco-maçom será considerado como infiltração no



Partido de agente inimigo e recairá sobre este indivíduo uma mácula de afronta pública diante de todo o proletariado (INTERNACIONAL COMUNISTA, 1977, p. 279).

No Partido Comunista do Brasil (PCB), a polêmica mais importante acerca da relação do partido com a Maçonaria terminou com a expulsão de Antônio Bernardo Canellas, em dezembro de 1923. Canellas representou o partido no IV Congresso da IC, cometendo, na interpretação de Carone (1989, p. 113), uma série de erros, “que o marginaliza de outros membros da Internacional e vai provocar embaraço ao PCB”. Entre outras declarações, Canellas afirmou que não caberia ao congresso deliberar sobre a questão da Maçonaria, pois, no seu entendimento, o socialismo seria neutro em questões morais e de caráter privado. Canellas afirmou durante o congresso, em referência ao PCB: “o nosso partido, que conta, entre os seus aderentes alguns bons camaradas maçons, cuja ação pró-revolucionária no seio de sua seita é notável e notória, decerto não julgará de grande urgência a abertura de uma campanha contra a Maçonaria” (CANELLAS, 1982, p. 31). No entendimento de Canellas, o único cuidado a ser tomado seria o de evitar que esses militantes vinculados à Maçonaria ocupassem cargos de responsabilidade política no partido. Segundo Canellas, essa proposta também deveria “ser extensiva aos camaradas católicos, positivistas, protestantes, israelitas etc., que ocupem posições de destaque no seio das suas respectivas seitas” (CANELLAS, 1982, p. 31).

Essas posições são o estopim para que, no congresso não se aprovasse o pedido de adesão do PCB à Internacional Comunista. Na resolução da Internacional Comunista, afirmou-se que o PCB “não é ainda um verdadeiro Partido Comunista”, na medida em que “conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença de elementos da Maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas” (CARONE, 1982, p. 33-4). Segundo a resolução, o PCB deveria ser o núcleo que viria a formar “um bom e forte Partido Comunista” (CARONE, 1982, p. 34). Em função disso, aprovou-se que “provisoriamente, o Partido Comunista do Brasil deve ser aceito na Internacional Comunista como partido simpatizante” (CARONE, 1982, p. 34). O PCB somente foi aceito como membro da Internacional Comunista em 1924. Canellas foi expulso do partido em dezembro do ano anterior por publicar sem autorização do partido os documentos referentes à sua participação no congresso da Internacional Comunista (CARONE, 1989, p. 117).

Nos anos seguintes, o aprofundamento da disciplina partidária levaria ao afastamento de importantes dirigentes do partido. Em documento da Internacional Comunista publicado no jornal *A Classe Operária* de abril de 1930, apontava-se uma série de problemas na política e na organização do PCB. No documento afirmava-se:



Diversos fatos indicam que, no seio do Partido Comunista do Brasil, muito longe estão ainda de compreender a importância da hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa, e a necessidade absoluta de um partido “independente” do proletariado, para realizá-la. No partido, prega-se abertamente a teoria da “revolução democrática pequeno-burguesa”, sob cuja cobertura “o proletariado poderia preparar-se para a conquista do poder” (camarada Brandão) (INTERNACIONAL COMUNISTA, 1930, p. 3).

O documento criticava abertamente a política que vinha adotando o partido, nos anos anteriores, de aproximação a setores da chamada “pequena-burguesia”, especialmente os tenentistas. Criticava-se a “direitização” das atividades do partido, sua política de alianças com “elementos da pequena burguesia”, a exemplo do BOC, o que estaria prejudicando “sua independência como condutor da classe operária” (MARQUES NETO, 1993, p. 124). Segundo a análise que vinha sendo defendida pelo partido, considerando os desdobramentos das revoltas militares de 1922 e 1924, “caberia ao partido apoiar os revoltosos pequeno-burgueses”, que colocariam “a burguesia industrial no poder. O passo seguinte seria a tomada do poder pelo proletariado” (SILVA, 2002, p. 63-64). Contudo, no III Congresso do PCB, realizado entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929, essas posições foram revistas, reavaliando o “papel desempenhado pela pequena burguesia na revolução democrático-burguesa” (SILVA, 2002, p. 65). Embora o partido mantivesse a caracterização do caráter democrático-burguesa da revolução, passava a adotar a avaliação de que “a única classe historicamente habilitada para realizar tal tarefa era a classe operária” (SILVA, 2002, p. 65). O partido deveria se diferenciar da pequena-burguesia, ou, mais precisamente, dos setores identificados como tenentistas. A política do PCB criticada pela IC em 1930 teria se concretizado principalmente por meio do BOC:

O Bloco Operário e Camponês não representa, no Brasil, um partido operário e camponês. Ele não tem nenhuma ligação com a massa camponesa e com o proletariado agrícola. De fato, o Bloco Operário e camponês transformou-se num segundo partido operário, que não faz uma política revolucionária consequente (INTERNACIONAL COMUNISTA, 1930, p. 3).

Nesse sentido, além de modificar sua política, a IC orientava a “depuração” que viria a provocar uma profunda crise no partido. Em âmbito internacional, em nome da “bolchevização”, conduziu-se “em toda sua amplitude a depuração dos elementos dirigentes que, originários da esquerda ou da direita, não se alinham incondicionalmente com a equipe dirigente da Comintern em Moscou” (BROUÉ, 2007, p. 479). Em grande medida a trajetória pessoal desses militantes pareceria ter relevância, sendo excluídos do partido, por exemplo, maçons e aqueles considerados “intelectuais”. No documento a IC propunha-se:

O partido deve depurar resolutamente os quadros dirigentes de todos os elementos liquidacionistas, oportunistas de direita, que se arrastam a reboque da massa e escolher a



composição de órgãos dirigentes de modo a assegurar a realização consequente e firme da política proletária revolucionária (INTERNACIONAL COMUNISTA, 1930, p. 3).

O PCB buscou implantar as novas orientações políticas da IC, sendo uma de suas principais ações a desarticulação do BOC. Em outro âmbito, no que se refere ao desligamento de dirigentes que não seriam considerados de confiança da direção internacional, foi publicado no jornal *A Classe Operária*, no mês de novembro de 1932, um longo artigo no qual se anunciava que o Comitê Central havia votado, “por unanimidade uma resolução expulsando Astrojildo Pereira como traidor e renegado da causa do proletariado” (BRADO, 1932, p. 2). O texto afirma que o ex-secretário geral e fundador do partido teria “passado inteiramente para o outro lado da barricada, para o lado dos nossos inimigos de classe” (BRADO, 1932, p. 2). Nesse partido que buscava “demarcar as fronteiras de classe na luta revolucionária”, chamado por adjetivos como “indivisível”, “monolítico”, “centralizado”, “bolchevizado”, não militavam mais, conforme o texto menciona, nomes como Minervino de Oliveira, Everardo Dias, Freire de Oliveira, Cristiano Cordeiro, Odilon Machado, entre outros (BRADO, 1932, p. 2).

Por sua vez, no interior da Maçonaria, percebe-se uma “guinada conservadora”, que levaria a ordem inclusive a assumir posturas anticomunistas (SILVA, 2015). O movimento de afastamento em relação às diversas correntes do movimento operário redundou em ações de condenação tanto do comunismo como de outras posições consideradas extremistas, tanto à direita como à esquerda. Em 1934, no mesmo documento que se proibia na Maçonaria a presença de membros da Ação Integralista Brasileira (AIB), também se orientava como proceder em relação aos comunistas.<sup>1</sup> Segundo o documento, emitida pelo Grande Oriente do Brasil (GOB), no que se refere ao comunismo seria “preciso distinguir entre os que adotam o materialismo histórico, a dialética marxista, como instrumento, como método de pesquisa, e os que militam no Partido Comunista” (MOREL; SOUZA, 2008, p. 211).

No interior da Maçonaria rapidamente se incorporou o discurso anticomunista, que permeava o conjunto da sociedade e começou a se fortalecer principalmente a partir da década de 1930. O anticomunismo assumiu diferentes características, durante o século XX, marcado pelas características particulares dos grupos e lugares sociais em que foi elaborado e reelaborado, sendo possível falar de vários “anticomunismos”. Sabe-se que o anticomunismo se constitui,

antes que um corpo heterogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a homogeneidade. Se esta

<sup>1</sup> O integralismo é uma doutrina política tradicionalista, conservadora e de cunho religioso, que, entre outras coisas, defende que uma sociedade só pode funcionar com ordem e paz, com respeito às hierarquias sociais e com harmonia e união. Esse movimento político conservador, que se identificou inclusive com o fascismo, teve seu auge em meados da década de 1930.



diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que, nos momentos de conflito agudo, os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum (MOTTA, 2002, p. 15).

O anticomunismo se marca algumas das posições defendidas pela Maçonaria no período. Em documento publicado em 1937, pelo GOB, reafirmava-se o caráter da Maçonaria como “instituição eminentemente nacionalista”, destacando seu combate aos “desalmados inimigos da ordem e do regime, da família e da nação” e criticando as doutrinas “antinacionais” e “oriundas de inspiração estrangeira” (MOREL; SOUZA, 2008, p. 212). O anticomunismo apresentava o comunismo como “o inimigo, o estrangeiro, o ‘outro’ que ameaçava despedaçar a unidade do corpo nacional”, sendo atitudes inaceitáveis “o discurso internacionalista dos comunistas e sua vinculação ao Estado soviético” e devendo a defesa da nação e da unidade nacional “estar acima de quaisquer considerações, fossem elas de natureza social, econômica ou política, e os valores nacionais não poderiam jamais ser suplantados por uma ordem internacional” (MOTTA, 2002, p. 31-32).

Com a crescente influência da Guerra Fria, a Maçonaria, bem como o restante da sociedade, viu-se cada vez mais assombrada pelo suposto “perigo vermelho”. Em função disso, no ano de 1949, o GOB publicou novas orientações para lidar com os comunistas, proibindo “a *iniciação* de elementos que professavam a ideologia comunista, recomendando a máxima severidade nas sindicâncias, de forma a evitar o ‘ingresso de elementos totalitário’ entre os *irmãos*” (MOREL; SOUZA, 2008, p. 228). Esse rumo conservador consolidou-se nas décadas seguintes, materializando-se principalmente no apoio maçônico ao golpe civil-militar de 1964. No contexto do golpe, ainda que houvesse tensões internas na Maçonaria, produto de uma suposta política de infiltração comunista na instituição, o seu contingente mais numeroso se opunha aos setores de esquerda. Esses maçons, segundo José Castellani,

defendendo os valores básicos da cultura e do meio social brasileiros, além da tradição maçônica, que fez uma Instituição de cunho político, mas sem ser ligada a qualquer corrente partidária, passou a lutar ativamente pela legalidade constitucional, ameaçadas pelos propósitos continuístas do presidente da República (CASTELLANI, 2001, p. 154).

Identifica-se, assim, uma mudança na relação entre maçons e comunistas ao longo do século XX. Na Primeira República parecia haver certa confluência entre essas e outras experiências organizativas, materializada na defesa da ampliação de direitos políticos e sociais. O anticlericalismo unia diferentes correntes no sentido de construção dos diversos modelos propostos para a República, fazendo com que, entre o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, fosse possível identificar grupos em que se articulavam anticlericais, liberais, abolicionistas, anarquistas, socialistas, positivistas, espíritas, maçons, comunistas, entre outros. Para esses setores, o ponto comum era o combate à ordem



vigente e a luta por uma sociedade diferente, tendo, para isso, de enfrentar inimigos que exerciam influência sobre a nascente República, como as oligarquias rurais ou mesmo o clero católico.

Outro fator que pode explicar a aproximação entre maçons e socialistas passa, por um lado, pela frágil penetração do marxismo no Brasil e, por outro, pelo desconhecimento dos fatos que se relacionam à Revolução Russa. Nas primeiras décadas do século XX, não havia por parte dos marxistas uma análise teórica consistente acerca do Brasil que pudesse confrontar-se com as demais correntes no embate por um projeto de nação ou de classe. Por outro lado, as contraditórias e escassas informações acerca da Revolução Russa paulatinamente deram lugar ao combate ideológico promovido pelos setores conservadores. Esses setores procuraram se diferenciar da forma mais clara possível da estratégia política dos comunistas, ou seja, a derrubada do capitalismo e a construção do socialismo. Portanto, quando os comunistas mostraram de forma mais clara suas estratégias políticas, que passavam pela transformação radical da sociedade e a defesa da revolução, levaram a cisões e polêmicas entre as diferentes correntes política e teóricas que até então viviam em relativa harmonia. Os embates políticos por uma nova sociedade criaram, assim, tanto inimigos como aliados ao longo do século XX.

## REFERÊNCIAS

BENIMELI, José Ferrer. **La masonería**. Madrid: Alianza, 2013.

BRADO. “O astrojildismo e a luta pela formação do partido do proletariado”. **A Classe Operária**, ano VIII, n. 145, novembro, 1932.

BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**, tomo 1. São Paulo: Sundermann, 2007.

CANELLAS, Antônio Bernardo. “Relatório de viagem à URSS”. In: CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982.

CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 113.

CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982, p. 33-4.

CASTELLANI, José. **Ação secreta da maçonaria na política mundial**. São Paulo: Landmark, 2001.

INTERNACIONAL COMUNISTA. **Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista**, vol. 2. México: Pasado y Presente, 1977.

INTERNACIONAL COMUNISTA. “Resolução da Internacional Comunista sobre a situação brasileira”. **A Classe Operária**, n. 89, abril, 1930.





MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão revolucionária**: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVA, Angelo José da. **Comunistas e trotskistas**: a crítica operária à Revolução de 1930. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

SILVA, Michel Goulart da. “Uma análise da historiografia acerca da trajetória de Everardo Dias”. **Revista de Estudios Historicos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña**, n. 6, 2014.

SILVA, Michel Goulart da. **Entre a foice e o compasso**: imprensa, socialismo e maçonaria na trajetória de Everardo Dias na Primeira República (Tese de Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2016.

SILVA, Michel Goulart da. **Maçonaria no Brasil**: história, política e sociabilidade. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.



## **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)**

Ano IV | Volume 9 | Nº 26 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

### **Editor chefe:**

Elói Martins Senhoras

### **Conselho Editorial**

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

### **Conselho Científico**

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodécia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima